V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

Gênero e carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais.

Marques Danusa.

Cita:

Marques Danusa (2010). *Gênero e carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-036/324

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org.*

V CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA

Integración, Diversidad y Democracia en tiempos del Bicentenario

28 - 30 de Julio de 2010 | Buenos Aires, Argentina

Área: Política Comparada, Representação Política e Gênero

Gênero e carreira política no Brasil – o que diferencia deputadas e deputados federais?

Danusa Marques

Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

danusamarques@gmail.com

Resumo

O trabalho realiza uma análise comparativa das trajetórias das deputadas e deputados eleitos em 2006 para a 53ª legislatura brasileira (2007-2010), explorando o desenvolvimento de suas carreiras políticas. Para determinar as diferenças de carreira, controlando pelo sexo dos representantes, são analisados seus dados pessoais, variáveis de suas trajetórias político-partidárias, variáveis de capital político familiar e variáveis relacionadas à conversão de capital de outros campos para a política. O mapeamento comparativo das carreiras dos atores políticos que conseguiram chegar ao mais alto cargo proporcional brasileiro permite a observação das principais diferenças entre as trajetórias de homens e mulheres, o que pode contribuir de forma determinante para entender as causas do déficit de representação feminina brasileiro.

Gênero e carreira política no Brasil – o que diferencia deputadas e deputados federais?[1]

Danusa Marques – UFMG[2]

As democracias "realmente existentes" se referem principalmente a pressupostos teóricos liberais e pluralistas da democracia, que definem o processo democrático basicamente em sua relação com a implementação de regras formais, independentes do ambiente desta implementação. Um dos pressupostos básicos da democracia liberal-pluralista é a igualdade formal entre os cidadãos, que se desdobra em princípios pluralistas da garantia do direito de votar e ser votado/a. Esta igualdade, entre outras regras, serviria principalmente como mantenedora das condições de legitimidade do sistema, que seria formalmente aberto à ação política de qualquer cidadão (que, na realidade, se restringe quase todas as vezes aos momentos eleitorais) (Miguel, 2005; Marques, 2007).

Dentro destas premissas e das regras da democracia liberal, a igualdade entre homens e mulheres seria protegida pelo princípio da igualdade formal dos cidadãos. Ambos têm direito à cidadania e, portanto, ambos têm a liberdade de ação política, no sentido liberal, em relação ao direito ao voto ou ao direito de ser votado/a.

Apesar da igualdade na esfera da cidadania política, a manutenção das desigualdades reais entre homens e mulheres em toda a vida política é marcante nas democracias liberais, em especial em relação à participação efetiva nas esferas políticas formais, como cargos nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mesmo com a conquista dos direitos políticos pelas mulheres durante o século XX. Embora a formalidade dos direitos abranja toda a população nas democracias liberais, estas são fortemente marcadas pela desigualdade real nas esferas políticas no que tange ao gênero, mas também a outros aspectos, como raça e etnia, por exemplo. As cadeiras do Parlamento, cujos membros são entendidos como representantes de toda a população, são ocupadas majoritariamente, quando não totalmente em alguns países, por homens (brancos, proprietários, heterossexuais etc). No Brasil, nas últimas eleições, em 2006, apenas 8,8% do total de eleitos eram mulheres. Ou seja, é muito grande a distância entre este modelo político e o sentido etimológico da democracia como "governo do povo", com a participação política de todos.

Para entender os obstáculos ao acesso das mulheres à esfera da representação política é essencial analisar as trajetórias dos atores que conseguem ingressar no campo político. É necessário observar o que os/as caracteriza, como se viabilizaram politicamente e, além disso, entender quais são as diferenças dos caminhos percorridos

[1] Este artigo é a primeira sistematização de parte dos dados da pesquisa de tese de doutorado da autora, "Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai – as trajetórias de mulheres e homens", a ser defendida em 2011 no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Além disso, este artigo também se insere em um contexto de uma pesquisa mais ampla, "Carreira política e gênero no Brasil", coordenada pelo professor Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília – Brasil. Agradeço às pesquisadoras vinculadas a esta investigação pela coleta dos dados aqui utilizados.

[2] Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Ciência Política (UnB) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) da UFMG.

por homens e mulheres nesse contexto. Entre diversas questões que emergem do quadro de quase exclusão das mulheres no campo político, este trabalho se dedica a explorar algumas delas, através da análise de dados referentes aos eleitos e eleitas em 2006 para a Câmara dos Deputados.

Estudos sobre carreira política no Brasil

A produção da Ciência Política brasileira sobre o tema das carreiras políticas majoritariamente prioriza os debates sobre migração partidária (Santos, 2001), reeleição (Pereira e Rennó, 2001; Leoni, Pereira e Rennó, 2003), estratégia política (Leoni, Pereira e Rennó, 2003), ideologia partidária (Santos e Serna, 2007) e renovação parlamentar (Santos, 2006), mas poucas vezes os estudos tocam na questão das desigualdades de gênero na política (Miguel, 2003, 2008; Pinheiro, 2007), apesar de alguns estudos considerarem a variável "sexo" na análise dos perfis de origem social dos/as parlamentares (Perissinoto, Costa e Tribess, 2009).

Ao mesmo tempo, a análise da incipiente representação feminina brasileira pode levar a muitos questionamentos relacionados à construção das carreiras políticas das parlamentares (e também das candidatas não-eleitas). No entanto, a ciência política *mainstream* não se ocupa destas questões e tampouco os estudos de gênero ultrapassam a breve análise de dados gerais ou realizam estudos que se restringem às deputadas – impossibilitando, deste modo, passar de um estudo descritivo da situação das parlamentares a uma exploração comparativa entre elas e todos os outros representantes.

Na literatura brasileira sobre gênero e política muito se discute a eficiência das cotas para mulheres da política. De maneira geral, mais de uma década de debates prioriza a discussão sobre as cotas e a verificação de que listas fechadas, como as argentinas, tendem a apresentar bons resultados para a sua implementação. Alguns estudos de resultados eleitorais (Miguel e Queiroz, 2006; Araújo e Alves, 2007; Marques, Machado e Recch, 2008) apontam certas indagações sobre a pior situação para a eleição de mulheres no sudeste e no sul – regiões mais urbanizadas e com indicadores sociais e econômicos mais elevados.

A presente pesquisa se localiza entre diversas questões não respondidas e um campo de estudos no início de seu desenvolvimento, e busca verificar, de maneira exploratória, as características das trajetórias políticas de mulheres e homens que foram eleitas e eleitos para a Câmara dos Deputados em 2006.

É importante ressaltar a importância de se realizar um estudo que incorpore dados de todo o universo de parlamentares, incluindo não apenas as mulheres, mas também os homens. Apenas com a comparação será possível afirmar se os padrões de acesso à esfera da representação política são (ou não) diferentes para homens e mulheres e investigar como estas carreiras se desenvolvem.

Estudos sobre carreiras políticas de mulheres brasileiras

O principal estudo sobre perfis e trajetórias políticas de mulheres no Brasil foi realizado por Pinheiro (2007), mas abarca somente as parlamentares mulheres, o que impossibilita uma análise comparativa com os padrões de trajetória dos parlamentares

homens. A autora afirma que a trajetória das relações familiares se apresenta como uma das principais rotas de acesso à carreira política entre as mulheres, que converteriam um prestígio de seus familiares à sua própria carreira, aproveitando não somente a experiência de socialização com políticos profissionais, mas também redes de compromissos e lealdades. Pinheiro (2007) afirma que esta rota não é exclusiva de mulheres, sendo importante para homens, mas muito mais relevante para as candidaturas femininas. Em um estudo comparativo entre legisladoras brasileiras e argentinas, Marx, Borner e Caminotti (2007) afirmam que a maior parte das deputadas que relatam a importância deste tipo de rota para sua carreira afirmam que chegaram à candidatura ao cargo de deputada federal por decisão do familiar, em especial, do cônjuge. De acordo com a análise de Pinheiro (2007) muitas vezes as deputadas chegam ao cargo para dar continuidade à ação política de seus familiares.

Segundo Pinheiro (2007), a entrada do campo político pela militância em movimentos sociais é muito importante para as mulheres. A trajetória da militância passa pela participação em sindicatos, associações de bairros, organizações religiosas, estudantis, profissionais e também pelo movimento de mulheres. Estas rotas foram abertas principalmente a partir do processo de redemocratização, na década de 1980, e representam um ideal de autonomia entre as deputadas, ao contrário da via do capital político familiar[3]. Há também a rota dos cargos públicos e políticos, relacionada a um saber especializado convertido em capital político, que proporciona notoriedade e popularidade para se atingir a eleição à Câmara dos Deputados. Quem se associa a esta rota, de acordo com a autora, quase sempre se distancia totalmente dos movimentos sociais. Esse perfil se apresenta relacionado à ocupação de cargos eletivos ou à ocupação de cargos públicos de conhecimento técnico especializado. Pinheiro (2007) aponta ainda a rota do "capital convertido de outros campos", como artistas, atletas ou

[3] No estudo de Pinheiro (2007) a tipologia utilizada é baseada no conceito de *capital político* de Pierre Bourdieu. Para este autor, este conceito está diretamente relacionado a outros dois, *campo* e *habitus*. Para este autor, os campos são estruturas sociais que possuem regras e hierarquias específicas e submetem seus agentes à sua lógica. Todas as ações tomadas dentro de um campo são realizadas em função do seu *habitus* (formas de agir, pensar e sentir o mundo, coletivas, mas incorporadas ao sujeito). O *habitus*, assim, realiza a intermediação da posição (objetiva) e a tomada de posição (subjetiva) do agente, através de critérios de classificação do mundo que, embora pareçam, não são naturais. Estruturado pelo campo, o *habitus* atua como uma espécie de "filtro" para o ingresso do agente no campo. E, para ser capaz de gerar efeitos, o agente deve possuir *capital simbólico*, que é uma forma de valor fundada no reconhecimento dentro do campo.

Além disso, é importante observar que os campos são autônomos e tendem a se fechar sobre si mesmos, ou seja, a influência de agentes que não são membros do campo tende a ser muito limitada e o acúmulo de capital simbólico pelos membros é importante para as ações serem consideradas no campo. No entanto, essa autonomia é relativa, sendo que diferentes campos exercem influência mútua e as ações realizadas em um campo podem se refletir fora dele, em outros campos. Assim, o campo é mais autônomo (e menos suscetível a influências externas) quanto mais fechado se apresenta. No entanto, existem outros campos que, por sua natureza, se abrem episodicamente para os "profanos", agentes que não pertencem a eles, como o campo político (que se abre aos profanos – o eleitorado – em cada momento eleitoral).

Embora não tenha realizado uma classificação completa do capital político, pode-se dizer que Bourdieu dividiu o capital político na seguinte classificação: capital delegado (capital controlado pela instituição e delegado a seus membros – o partido político acumula capital simbólico e o deposita limitada e provisoriamente em seus militantes); capital convertido (transformação de capital de outros campos para a política, o que supõe uma "taxa de conversão"); e capital heróico (subespécie do capital convertido, é acumulado lentamente e corresponde ao "carisma" weberiano).

Pinheiro (2007) trabalha com quatro subdivisões de capital político: capital familiar (delegado), capital delegado pela participação em movimentos sociais, capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos, e capital convertido de outros campos.

pessoas com alta exposição midiática, e afirma que este perfil também é relevante entre os homens.

Entre os perfis de carreira política analisados por Pinheiro, cuja pesquisa incluiu dados de 76 deputadas eleitas para a Câmara dos Deputados entre 1987 e 2002, as principais rotas são a trajetória no próprio campo político e de prestígio familiar, sendo importante ressaltar que estas duas rotas não são duas categorias excludentes e muitas vezes se apresentam em conjunto. Segundo a autora, na legislatura 2007-2010 metade das deputadas são esposas, ex-esposas, viúvas ou filhas de políticos. A militância em movimentos sociais também cresce como perfil das deputadas deste período, com menor intensidade, e decresce a importância do capital convertido de outros campos, comparando-se com os dados de deputadas federais de legislaturas anteriores.

Ainda vale ressaltar a alta migração partidária das deputadas brasileiras entrevistadas por Marx, Borner e Caminotti (2007). Ao contrário das deputadas argentinas que também foram objeto de análise, metade das entrevistadas brasileiras não era mais filiada ao partido pelo qual iniciaram sua militância partidária. Embora as autoras não tenham realizado uma análise comparativa com os deputados, é possível imaginar que a migração partidária entre as mulheres no Brasil é alta como entre os homens, o que se investigará no presente estudo.

As eleitas e os eleitos às cadeiras da Câmara de Deputados em 2006

A cada quatro anos as 513 cadeiras da Câmara de Deputados brasileira são disputadas em combinação com as eleições para os cargos de deputado/a estadual, senador/a, governador/a e presidente da República. Os 27 distritos eleitorais na eleição para a Câmara dos Deputados correspondem às unidade da federação. Nas últimas eleições, realizadas em 2006, foram eleitas somente 45 candidatas, sendo que em seis estados (Paraná, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Piauí) e no Distrito Federal nenhuma mulher foi eleita. Deste modo, 91,2% das cadeiras da Câmara baixa brasileira foram ocupadas por homens.

O baixo percentual de mulheres na Câmara dos Deputados persiste apesar da lei de cotas para mulheres na política, que reserva atualmente 30% da vagas de candidaturas nas listas partidárias, ter sido aprovada há mais de uma década[4]. No quadro abaixo pode ser observada a evolução do percentual de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados desde o início do processo de retorno do poder político aos civis:

[4] Em 1995, refletindo as experiências das cotas internas do Partido dos Trabalhadores, a então deputada federal Marta Suplicy (PT) apresentou um projeto de lei estabelecendo 20% das vagas de candidatura para mulheres para as eleições municipais de 1996. A lei foi aprovada (Lei n° 9100/1995) e as cotas foram implementadas nas eleições de 1996. Em 1997 a lei eleitoral que regulamentaria as eleições de 1998 ampliou o percentual para 25% (Lei n° 9504/1997). Para as eleições de 2000, foi estabelecido que as listas de candidaturas deveriam ser constituídas com, no mínimo, 30% de candidatos de um sexo e, no máximo, 70% de candidatos do outro sexo (Miguel, 2000).

Quadro 1: Evolução da representação feminina na Câmara dos Deputados (1982-2006)

Ano da eleição	Porcentagem de cadeiras ocupadas por mulheres
1982	1,7%
1986	5,3%
1990	6,0%
1994	6,2%
1998	5,7%
2002	8,2%
2006	8,8%

Fonte: Miguel (2000); Araújo (2001); CFEMEA - http://cfemea.org.br/

Na tabela 1 pode se observar que a maior proporção de eleitas em relação ao total de vagas da unidade da federação se dá em estados com baixo número de cadeiras disponíveis. Destaca-se principalmente Amapá, onde as mulheres correspondem à metade dos/as eleitos/as, em um contexto de oito cadeiras em disputa, e também Espírito Santo, onde mulheres se elegeram para quatro do total de dez cadeiras. Apesar de não figurar entre os estados com maior proporção de eleitas, é preciso destacar que Rio de Janeiro é a unidade de federação com maior número absoluto de eleitas, 6 entre 45 (13%), sendo que é o terceiro estado em número de cadeiras na Câmara dos Deputados.

Tabela 1: Unidade da federação dos/as eleitos/as

UF	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	% eleitas/vagas do distrito
Rio Grande do Sul	3	6,7%	28	6,0%	9,7%
Santa Catarina	1	2,2%	15	3,2%	6,3%
Paraná	0	0%	30	6,4%	0%
São Paulo	3	6,7%	67	14,3%	4,3%
Minas Gerais	3	6,7%	50	10,7%	5,7%
Rio de Janeiro	6	13,3%	40	8,5%	13,0%
Espírito Santo	4	8,9%	6	1,3%	40,0%
Mato Grosso do Sul	0	0%	8	1,7%	0%
Mato Grosso	1	2,2%	7	1,5%	12,5%
Goiás	2	4,4%	15	3,2%	11,8%
Distrito Federal	0	0%	8	1,7%	0%
Bahia	4	8,9%	35	7,5%	10,3%
Sergipe	0	0%	8	1,7%	0%
Alagoas	0	0%	9	1,9%	0%
Pernambuco	1	2,2%	24	5,1%	4,0%
Paraíba	0	0%	12	2,6%	0%
Ceará	1	2,2%	21	4,5%	4,5%
Piauí	0	0%	10	2,1%	0%
Maranhão	1	2,2%	17	3,6%	5,6%
Rio Grande do Norte	2	4,4%	6	1,3%	25,0%
Pará	2	4,4%	15	3,2%	11,8%
Tocantins	1	2,2%	7	1,5%	12,5%
Amazonas	2	4,4%	6	1,3%	25,0%

Acre	1	2,2%	7	1,5%	12,5%
Roraima	2	4,4%	6	1,3%	25,0%
Rondônia	1	2,2%	7	1,5%	12,5%
Amapá	4	8,9%	4	0,9%	50,0%
TOTAL	45	100%	468	100%	8,8% (Brasil)

(N)=513

Células destacadas: porcentagem de eleitas superior ou igual a 25% do total de cadeiras da UF

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"[5]

Em relação aos dados pessoais, pode-se observar na tabela 2 que se concentram tanto eleitos como eleitas nas mesmas faixas de idade. Apenas entre os eleitos existem pessoas nascidas nas décadas de 1910 e 1920.

Tabela 2: Ano de nascimento dos/as eleitos/as

Ano	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
1981-1990	1*	2,2%	3***	0,6%
1971-1980	5	11,1%	35	7,5%
1961-1970	8	17,8%	95	20,3%
1951-1960	20	44,4%	172	36,8%
1941-1950	9	20,0%	111	23,7%
1931-1940	2**	4,4%	42	9,0%
1921-1930	0	0%	9	1,9%
1911-1920	0	0%	1****	0,2%
(N)	45	100%	468	100%

* Manuela D'Ávila, 1981

** Luiza Erundina de Souza, 1934; Nice Lobão, 1936

** Fernando Bezerra de Souza Coelho Filho, 1984; Filipe de Almeida Pereira, 1983; Carlos Alberto Massa Júnior, 1981

**** Alberto Tavares Silva, 1918

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Como se observa na tabela 3, em relação à escolaridade a situação de eleitas e eleitos é bastante diferente. Entre as eleitas a escolaridade mínima observada é de ensino médio completo, sendo que entre os eleitos a escolaridade mínima observada é ensino fundamental incompleto. No entanto, a porcentagem dos que completaram o ensino superior é maior entre os eleitos do que entre as eleitas. A porcentagem de pessoas com ensino superior incompleto entre as eleitas é mais do que o dobro dos eleitos, o que pode sugerir que as barreiras para a conclusão do curso superior sejam maiores entre as mulheres, devido às múltiplas jornadas de trabalho por elas enfrentadas.

[5] Os dados eleitorais utilizados na pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil" foram coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (http://www.tse.gov.br/). Os demais dados foram coletados no site da Câmara dos Deputados (http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa) e também foram realizadas pesquisas no arquivo *online* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC-FGV (http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx), além de pesquisas no Google.

Tabela 3: Escolaridade das/os eleitas/os				
Escolaridade	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
lê e escreve	0	0%	0	0,0%
e. fundamental incompleto	0	0%	5	1,1%
e. fundamental completo	0	0%	6	1,3%
e. médio incompleto	0	0%	3	0,6%
e. médio completo	4	8,9%	36	7,7%
e. superior incompleto	8	17,8%	39	8,3%
e. superior completo	33	73,3%	379	81,0%
(N)	45	100%	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Nas tabelas 4 e 5 são apresentadas as profissões das eleitas e dos eleitos, respectivamente. Os dados se referem às suas profissões reais e não apenas às profissões declaradas pelo deputado ou deputada ao arquivo da Câmara dos Deputados, informações que foram complementadas com outras pesquisas. Observa-se que "político/a" é a profissão com maior número de ocorrências, com mais de 60% do total de profissões citadas tanto entre mulheres quanto entre homens, o que se leva a perceber que a maioria dos eleitos e eleitas à Câmara dos Deputados são "políticos/as profissionais" que podem ter capital político proveniente da própria atividade política.

Empresário/a é uma profissão com destaque entre homens e mulheres e deve-se observar que um terço dos eleitos são empresários. Outras duas profissões importantes entre as eleitas, professora (2ª mais citada) e servidora pública (4ª mais citada), não têm destaque entre os eleitos.

Tabela 4: Profissão real das eleitas		
Profissão	eleitas	freq. eleitas
Política	30	66,7%
Professora	7	15,6%
Empresária	5	11,1%
Servidora pública	5	11,1%
Psicóloga	2	4,4%
Advogada	1	2,2%
Agricultora	1	2,2%
Ajudante de Assistente Social	1	2,2%
Bancária	1	2,2%
Diretora de Empresas	1	2,2%
Enfermeira	1	2,2%
Policial Civil	1	2,2%
Tradutora	1	2,2%
TOTAL	57	

(N)=45

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Tabela 5: Profissão real dos eleitos		
Profissão	eleitos	freq. eleitos
Político	282	60,3%
Empresário	156	33,3%
Médico	32	6,8%
Advogado	27	5,8%
Pecuarista/Agropecuarista*	24	5,1%
Produtor Rural/Agricultor*	16	3,4%
Fazendeiro*	13	2,8%
Professor	13	2,8%
Servidor Público	11	2,4%
Radialista	9	1,9%
Economista	8	1,7%
Pastor	8	1,7%
Professor Universitário	7	1,5%
Administrador de Empresas	6	1,3%
Apresentador de televisão	6	1,3%
Sindicalista	6	1,3%
Engenheiro Civil	5	1,1%
Jornalista	5	1,1%
Comerciante	4	0,9%
Outras**	58	12,4%
TOTAL	638	

(N)=468

* Fazendeiro + Pecuarista/Agropecuarista + Produtor rural/Agricultor = 53 respostas (11,3%); excetua-se 1 ocorrência de Agricultor Familiar)

** Agruparam-se categorias com 1, 2 e 3 ocorrências

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Em relação à formação acadêmica de eleitos e eleitas verifica-se, nas tabelas 6 e 7 a seguir, que entre os eleitos as formações mais clássicas, Direito e Medicina, são as duas mais importantes. Entre as eleitas a principal formação é Letras, seguida de Direito, que aparece com mais de 20 pontos percentuais a menos do que a sua porcentagem entre os eleitos e com o mesmo percentual de Pedagogia. Entre as eleitas há apenas um caso de formação em Medicina.

Tabela 6: Formação acadêmica das eleitas		
Formação	eleitas	freq. eleitas
Letras	7	15,6%
Direito	6	13,3%
Pedagogia	6	13,3%
Nenhuma	4	8,9%
Psicologia	4	8,9%
Serviço Social	3	6,7%
Comunicação Social	2	4,4%
Jornalismo	2	4,4%
Medicina Veterinária	2	4,4%
Administração/Adm.de Empresas	2	4,4%
Farmácia/Farmácia-Bioquímica	2	4,4%
Arquitetura e Urbanismo	1	2,2%
Artes Plásticas	1	2,2%
Ciências da Saúde	1	2,2%
Ciências Econômicas	1	2,2%
Ciências Sociais	1	2,2%
Economia	1	2,2%
Educação Artística	1	2,2%
Enfermagem	1	2,2%
Engenharia de Execução Agrícola	1	2,2%
Fisioterapia	1	2,2%
História	1	2,2%
Matemática	1	2,2%
Medicina	1	2,2%
Sociologia	1	2,2%
TOTAL	54	

(N)=45

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Tabela 7: Formação acadêmica dos eleitos		
Formação	eleitos	freq. eleitos
Direito	157	33,5%
Medicina	61	13,0%
Nenhuma	43	9,2%
Administração/Adm. de Empresas	34	7,3%
Engenharia Civil*	31	6,6%
Economia	26	5,6%
Filosofia	11	2,4%
Ciências Sociais	10	2,1%
História	10	2,1%
Agronomia	7	1,5%
Sociologia	7	1,5%
Comunicação Social	6	1,3%
Pedagogia	6	1,3%
Ciências Contábeis	5	1,1%
Educação Física	5	1,1%
Engenharia Elétrica*	5	1,1%
Engenharia Mecânica*	5	1,1%
Letras	5	1,1%
Não informada	5	1,1%
Teologia	5	1,1%
Outras**	79	16,9%
TOTAL	523	

(N)=468

* Engenharias Civil + Elétrica + Mecânica = 41 (7,8%)

** Agregaram-se categorias com 1, 2, 3 e 4 ocorrências

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Os dois principais partidos políticos aos quais estavam vinculadas/os as/os eleitas/os no momento da eleição, PMDB e PT, apresentam-se com percentual muito similar, mas é importante perceber que entre os demais partidos a distribuição difere: o PSB, terceiro principal partido entre as eleitas, é o nono partido entre os eleitos; o PSDB, terceiro partido entre os eleitos, é o sexto partido entre as eleitas.

Tabela 8: Partido das eleitas		
Partido	eleitas	freq. eleitas
PMDB	9	20,0%
PT	7	15,6%
PSB	6	13,3%
PFL	5	11,1%
PC do B	5	11,1%
PSDB	3	6,7%
PP	3	6,7%
PPS	2	4,4%
PL	1	2,2%
PRONA	1	2,2%
PDT	1	2,2%
PTC	1	2,2%
PSOL	1	2,2%
TOTAL	45	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Tabela 9: Partido dos eleitos		
Partido	eleitos	freq. eleitos
PMDB	81	17,3%
PT	75	16,0%
PSDB	63	13,5%
PFL	57	12,2%
PP	38	8,1%
PDT	24	5,1%
PL	23	4,9%
PTB	23	4,9%
PSB	21	4,5%
PPS	20	4,3%
PV	13	2,8%
PSC	9	1,9%
PC do B	8	1,7%
outro	5	1,1%
PMN	3	0,6%
PHS	2	0,4%
PT do B	1	0,2%
PAN	1	0,2%
PRONA	1	0,2%
TOTAL	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

A migração partidária é alta entre os 513 parlamentares eleitos e eleitas em 2006, mas entre os eleitos ela é mais acentuada: somente 35,2% estão vinculados a seu primeiro partido político. Entre as eleitas, esse percentual é maior: 60% das eleitas estão em seu primeiro partido. Deste modo, pode-se afirmar que a migração partidária entre as eleitas é acentuada, mas, se comparada à migração partidária masculina, não é tão alta quanto as hipóteses de Marx, Borner e Caminotti (2007).

Nas tabelas 10 e 11 a seguir pode-se observar quais são os principais partidos políticos aos quais os/as parlamentares já foram filiados no passado. Os dois principais são os mesmos entre mulheres e homens, PMDB e PFL. É interessante notar que na lista de ex-partidos dos eleitos estão presentes os dois partidos do período da ditadura militar, MDB e ARENA, com 7,7% e 6,6%, respectivamente 37 e 36 casos, mas na lista de ex-partidos das eleitas apenas o MDB está presente, com apenas 2 casos.

Calculando-se a proporção de ex-partidos para o total de eleitas e eleitas chega-se aos valores 0,95 e 1,48, respectivamente. A migração partidária entre os homens é maior, mas a presença de partidos políticos muito antigos na lista de ex-partidos dos eleitos, como a UDN (do período 1945-1964, anterior ao golpe militar de 1964), também mostra que esta migração também é maior devido à participação mais recente das mulheres na esfera política formal brasileira.

Tabela 10: Ex-partidos das eleitas		
Ex-partido	eleitas	frequência
PMDB	10	22,2%
PFL	6	13,3%
PSDB	6	13,3%
PPS/PCB	2	4,4%
PL	2	4,4%
PTB	2	4,4%
PDT	2	4,4%
PT	2	4,4%
PC do B	2	4,4%
PST	2	4,4%
PV	2	4,4%
MDB	2	4,4%
PP/PPB/PPR	1	2,2%
PMN	1	2,2%
PMB	1	2,2%
TOTAL	43	

(N)=45

*60% das eleitas (27) só se filiaram ao partido pelo qual concorreram

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Tabela 11: Ex-partidos dos eleitos		
Ex-partido	eleitos	frequência
PMDB	100	21,4%
PFL	72	15,4%
PP/PPB/PPR	63	13,5%
PSDB	54	11,5%
PTB	51	10,9%
PDS	50	10,7%
PDT	44	9,4%
MDB	37	7,9%
ARENA	36	7,7%
PL	31	6,6%
PSB	28	6,0%
PPS/PCB	17	3,6%
PDC	13	2,8%
PRN	12	2,6%
PST	11	2,4%
PSC	10	2,1%
PSD	10	2,1%
PV	9	1,9%
PT	9	1,9%
UDN	6	1,3%
PMN	5	1,1%
PC do B	5	1,1%
PCB	4	0,9%
PTR	4	0,9%
PSL	3	0,6%
PSDC	2	0,4%
PHS	1	0,2%
PRONA	1	0,2%
PCBR	1	0,2%
PJ	1	0,2%
PRTB	1	0,2%
PSD	1	0,2%
PSN	1	0,2%
PTN	1	0,2%
TOTAL	694	

(N)=468

*32,2% dos eleitos (165) só se filiaram ao partido pelo qual concorreram

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

A distribuição dos cargos já ocupados, ponderada pelo total de eleitas e eleitos, é bastante semelhante entre mulheres e homens eleitos. A única categoria que difere um pouco é o próprio cargo de deputado/a federal, que apresenta uma porcentagem um maior entre os eleitos.

Tabela 12 : Cargos eletivos já ocupados				
Cargos eletivos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
presidente	0	0%	0	0%
vice-presidente	0	0%	0	0%
governador/a	1	2,2%	13	2,8%
vice-governador/a	1	2,2%	7	1,5%
prefeito/a	9	20,0%	93	19,9%
vice-prefeito/a	2	4,4%	28	6,0%
senador/a	0	0%	0	0%
deputado/a federal	24	53,3%	286	61,1%
dep. estadual ou distrital	16	35,6%	178	38,0%
vereador/a	15	33,3%	146	31,2%
TOTAL	68		751	
(N)	45	100%	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Ao se analisar a tabela 13, verifica-se que no cargo de deputada/o federal o número de mulheres que chegam ao cargo pela primeira vez é quase 7,8 pontos percentuais maior do que entre os eleitos. Entre as que já ocuparam a vaga de deputada federal por uma vez a diferença é de 11,9 pontos percentuais. No entanto, o percentual de eleitos que já ocuparam a vaga por três vezes antes da eleição de 2006 é também três vezes superior ao percentual das eleitas. Observando-se essa distribuição verifica-se que entre os entre os eleitos a permanência no cargo de deputado federal é muito maior do que entre as eleitas, que apresentam um menor número de passagens por este mesmo cargo. Considerando-se que o acesso das mulheres à Câmara dos Deputados era muito mais limitado do que atualmente, no futuro é importante que se investigue se a taxa de reeleição entre mulheres tenderá a ser tão alta quanto a dos homens, passado um maior número de eleições.

Tabela 13: Vezes que se elegeu, por cargo				
Vereador/a	**eleitas**	**freq. eleitas**	**eleitos**	**freq. eleitos**
nenhuma	30	66,7%	322	68,8%
1 vez	10	22,2%	91	19,4%
2 vezes	4	8,9%	30	6,4%
3 vezes	1	2,2%	20	4,3%
4 vezes	0	0%	4	0,9%
5 vezes	0	0%	1	0,2%
TOTAL	45	100%	468	100%

Prefeita/o	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
nenhuma	36	80,0%	375	80,1%
1 vez	5	11,1%	45	9,6%
2 vezes	4	8,9%	42	9,0%
3 vezes	0	0%	5	1,1%
4 vezes	0	0%	0	0%
5 vezes	0	0%	1	0,2%
TOTAL	45	100%	468	100%
Dep. estadual	**eleitas**	**freq. eleitas**	**eleitos**	**freq. eleitos**
nenhuma	29	64,4%	290	62,0%
1 vez	6	13,3%	84	17,9%
2 vezes	9	20,0%	54	11,5%
3 vezes	1	2,2%	25	5,3%
4 vezes	0	0%	12	2,6%
5 vezes	0	0%	1	0,2%
6 vezes	0	0%	1	0,2%
7 vezes	0	0%	1	0,2%
TOTAL	45	100%	468	100%
Dep. federal	**eleitas**	**freq. eleitas**	**eleitos**	**freq. eleitos**
nenhuma	21	46,7%	182	38,9%
1 vez	15	33,3%	100	21,4%
2 vezes	5	11,1%	70	15,0%
3 vezes	2	4,4%	62	13,2%
4 vezes	2	4,4%	30	6,4%
5 vezes	0	0%	15	3,2%
6 vezes	0	0%	4	0,9%
7 vezes	0	0%	2	0,4%
8 vezes	0	0%	2	0,4%
9 vezes	0	0%	1	0,2%
TOTAL	45	100%	468	100%
Senador/a	**eleitas**	**freq. eleitas**	**eleitos**	**freq. eleitos**
nenhuma	45	100%	453	96,8%
1 vez	0	0%	10	2,1%
2 vezes	0	0%	3	0,6%
3 vezes	0	0%	2	0,4%
TOTAL	45	100%	468	100%
Governador/a	**eleitas**	**freq. eleitas**	**eleitos**	**freq. eleitos**
nenhuma	44	97,8%	455	97,2%
1 vez	1	2,2%	8	1,7%
2 vezes	0	0%	5	1,1%
TOTAL	45	100%	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Na tabela 13 observa-se ainda que as eleitas apresentam uma permanência nas Assembleias Legislativas maior do que os eleitos. Para os demais cargos, excetuando-se deputada/o federal, não há diferenças significativas. Além disso, não há ex-senadoras e há apenas uma ex-governadora entre as eleitas para a Câmara dos Deputados em 2006.

Nas eleições municipais imediatamente anteriores, disputadas em 2004, o percentual de pessoas que não concorreram a nenhum cargo é semelhante entre os eleitos e as eleitas de 2006, embora seja um pouco maior para as mulheres, mas nas eleições gerais imediatamente anteriores, de 2002, há uma diferença notável entre eleitas e eleitos.

Tabela 14: Atuação nas eleições municipais imediatamente anteriores (2004)

Atuação nas eleições de 2004	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
elegeu-se prefeito/a	1	2,2%	3	0,6%
concorreu a prefeito/a e perdeu	4	8,9%	20	4,3%
elegeu-se vice-prefeito/a	0	0%	3	0,6%
concorreu a vice-prefeito/a e perdeu	0	0%	2	0,4%
elegeu-se vereador/a	3	6,7%	23	4,9%
concorreu a vereador/a e perdeu	0	0%	0	0%
nenhuma das opções	37	82,2%	417	89,1%
TOTAL	45	100%	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Combinando-se a observação de que 286 eleitos já foram deputados federais por pelo menos um mandato (Tabela 11) e que 256 eleitos se elegeram deputados federais na última eleição, observa-se que apenas 30 assumiram em mandatos anteriores à legislatura 2003-2006 ou tiveram alguma descontinuidade na carreira como deputado federal. Os 256 eleitos em 2002 equivalem a praticamente metade (49,9%) do total de cadeiras da Casa e são 54,7% do total de homens eleitos em 2006. Já as mulheres que se elegeram em 2002 e em 2006 correspondem a apenas 3,1% do total de cadeiras e 35,6% do total de eleitas em 2006.

Tabela 15: Atuação nas eleições gerais imediatamente anteriores (2002)

Atuação nas eleições de 2002	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
elegeu-se presidente	0	0%	0	0%
concorreu a presidente e perdeu	0	0%	0	0%
elegeu-se vice-presidente	0	0%	0	0%
concorreu a vice-presidente e perdeu	0	0%	0	0%
elegeu-se governador/a	0	0%	1	0,2%
concorreu a governador/a e perdeu	1	2%	4	0,9%
elegeu-se vice-governador/a	0	0%	2	0,4%
concorreu a vice-governador/a e perdeu	0	0%	0	0%
elegeu-se senador/a	0	0%	2	0,4%
concorreu a senador/a e perdeu	0	0%	4	0,9%
elegeu-se suplente de senador/a	1	2,2%	0	0%

concorreu a suplente de senador/a e perdeu	0	0%	0	0%
elegeu-se deputado/a federal	16	35,6%	256	54,7%
concorreu a deputado/a federal e perdeu	2	4,4%	12	2,6%
elegeu-se deputado/a estadual ou distrital	6	13,3%	52	11,1%
concorreu a dep.estadual ou distrital e perdeu	1	2,2%	0	0%
nenhuma das opções	18	40,0%	135	28,8%
TOTAL	45	100%	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Observando-se os dados da tabela 16, verifica-se que a taxa de reeleição nas eleições de 2006 para a Câmara dos Deputados foi de 54,8% (281 deputados e deputadas, sendo 262 deputados e 19 deputadas).

Tabela 16: Cargo eletivo que ocupava imediatamente antes da eleição de 2006

Cargo eletivo	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
presidente	0	0%	0	0%
vice-presidente	0	0%	0	0%
governador/a	0	0%	1	0,2%
vice-governador/a	0	0%	2	0,4%
prefeito/a	0	0%	1	0,2%
vice-prefeito/a	0	0%	4	0,9%
senador/a	1	2,2%	2	0,4%
deputado/a federal	19	42,2%	262	56,0%
dep. estadual ou distrital	6	13,3%	50	10,7%
vereador/a	2	4,4%	23	4,9%
nenhum deles	17	37,8%	123	26,3%
TOTAL	45	100%	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Como se vê na tabela 17, nenhuma eleita ocupou o cargo de ministra de Estado anteriormente. No entanto, o percentual de eleitas que já foram secretárias municipais é maior do que o de eleitos.

Tabela 17: Cargos de confiança já ocupados

cargo de confiança	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
ministro/a de Estado	0	0%	19	4,1%
sec. estadual ou distritial	11*	24,4%	131	28,0%
sec. municipal	11**	24,4%	81	17,3%
TOTAL	45	100%	468	100%

*7 foram secretárias estaduais por 1 mandato, 4 foram por 2 mandatos

** apenas 1 mandato

Ao se observar os cargos de confiança que ocupavam imediatamente antes da eleição de 2006 verifica-se que entre os eleitos poucos ocupavam estes cargos antes das eleições. Apesar do percentual de eleitas que ocupavam estes cargos ser maior do que o de eleitos, o pequeno número de casos não possibilita fazer uma afirmação sobre o caso das mulheres.

Tabela 18: Cargo de confiança que ocupava imediatamente antes da eleição de 2006

Cargo de confiança	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
ministro de Estado	0	0%	3	0,6%
secretário estadual ou distrital	2	4,4%	21	4,5%
secretário municipal	3	6,7%	11	2,4%
nenhum	40	88,9%	433	92,5%
TOTAL	45	100%	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

A fim de se verificar as afirmações de que o capital político delegado por familiares é mais importante entre as mulheres do que entre homens candidatos para a sua eleição, de acordo com as amplas hipóteses levantadas pelos estudos eleitorais sobre mulheres e especificamente ao achado de Pinheiro (2007) sobre as deputadas federais entrevistas em sua pesquisa, buscou-se determinar os cargos ocupados pelos familiares dos/as parlamentares eleitos/as em 2006.

Tabela 19: Quantidade de cargos ocupados por familiares*

Familiar	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
pai	16	18,8%	185	42,2%
mãe	0	0%	3	0,7%
irmã/o	3	3,5%	93	21,2%
cônjuge	53	62,4%	27	6,2%
filha/o	9	10,6%	50	11,4%
avó/ô	4	4,7%	59	13,5%
sogra/o	0	0%	21	4,8%
TOTAL	85	100%	438	100%
(N)	45		468	

*Foram contabilizados os cargos que o/a familiar ocupou, sem especificar a quantidade de mandatos em cada cargo. Consideraram-se os seguintes cargos: secretário/a municipal, secretário/a estadual, ministro/a de Estado, vereador/a, prefeito/a, vice-prefeito/a, dep. estadual, dep. federal, senador/a, governador/a, vice-governador/a, presidente da República e vice-presidente.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Do total das 45 eleitas, 25 (55,6%) têm familiares que ocuparam pelo menos um cargo eletivo ou de confiança, enquanto entre os 468 eleitos 161 (34,4%) têm familiares que ocuparam cargos. A razão entre o número de cargos ocupados por familiares de

eleitas pelo total de eleitas é de 1,89, enquanto a razão entre o número de cargos ocupados por familiares de eleitos e o total de eleitos é de 0,94. As eleitas apresentam maior percentual de familiares que ocuparam cargos, o que mostra que faz muito sentido a hipótese de que o capital político familiar é mais importante no caso da eleição de mulheres do que de homens. No entanto, o pequeno número de eleitas impede verificar de maneira conclusiva esta afirmação do ponto de vista estatístico, ao se comparar com o universo dos eleitos, mais de dez vezes maior.

Entre os eleitos, os cargos são ocupados principalmente pelos seus pais, seguidos dos irmãos. Já no caso das eleitas, a maior parte dos cargos é ocupada pelos seus cônjuges. Este fato é muito interessante, pensando-se em como o patriarcalismo se reproduz na realidade social: delega-se capital político de pais para filhos, mas não para filhas, de modo geral. O capital político das eleitas seria delegado de seus cônjuges.

Já em relação à hipótese do capital convertido do campo econômico, verifica-se que ele é muito mais contundente para os eleitos do que para as eleitas. O percentual de donos de empresas entre os eleitos é mais do que duas vezes maior do que entre as eleitas, assim como o percentual de posições de direção de empresas entre os eleitos é quase três vezes maior do que entre as eleitas.

Tabela 20: Variáveis de capital econômico

Dono/a de empresa	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
sim	11	24,4%	265	56,6%
microempresário	0	0%	5	1,1%
não	33	73,3%	194	41,5%
sem informação	1	2,2%	4	0,9%
TOTAL	45	100%	468	100%
Diretor/a de empresa	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
sim	5	11,1%	144	30,8%
não	35	77,8%	240	51,3%
sem informação	5	11,1%	84	17,9%
TOTAL	45	100%	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

A análise das variáveis relacionadas ao capital midiático (convertido como proprietária/o de empresas de mídia ou com a presença nos veículos midiáticos) mostram que poucas eleitas se relacionam ao campo midiático, sendo que a maior parte das que possuem vínculo com este campo são donas de empresa de mídia. Entre as mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados em 2006 há muito poucas que se relacionam ao rádio ou à TV, e não há nenhuma cantora, atriz ou esportista. Entre os eleitos, mais de 15% são donos de emissoras de rádio e mais de 4% são donos de emissoras de televisão. A presença nesses veículos de mídia também é pequena, mas maior do que entre as eleitas.

Tabela 21: Variáveis de capital midiático				
Dono/a de empresa de mídia	**eleitas**	**freq. eleitas**	**eleitos**	**freq. eleitos**
emissora de TV	2	4,4%	20	4,3%
emissora de rádio	5	11,1%	71	15,2%
jornal	3	6,7%	4	0,9%
nenhuma	39	86,7%	392	83,8%
sem informação	1	2,2%	4	0,9%
(N)	45		468	
Presença no Rádio	**eleitas**	**freq. eleitas**	**eleitos**	**freq. eleitos**
locutor	0	0%	8	1,7%
apresentador de programa	0	0%	19	4,1%
repórter	0	0%	4	0,9%
especialista/conselheiro	0	0%	2	0,4%
artista de entretenimento	0	0%	1	0,2%
outro	2	4,4%	11	2,4%
nenhuma	43	95,6%	432	92,3%
TOTAL	45	100%	468	100%
Presença na Televisão	**eleitas**	**freq. eleitas**	**eleitos**	**freq. eleitos**
locutor	0	0%	1	0,2%
apresentador de programa	0	0%	18	3,8%
repórter	0	0%	2	0,4%
especialista/conselheiro	0	0%	2	0,4%
artista de entretenimento	0	0%	1	0,2%
outro	1	2,2%	7	1,5%
nenhuma	44	97,8%	445	95,1%
TOTAL	45	100%	468	100%
Outros trabalhos na mídia	**eleitas**	**freq. eleitas**	**eleitos**	**freq. eleitos**
cantor	0	0%	5	1,1%
esportista	0	0%	2	0,4%
ator	0	0%	1	0,2%
nenhum	45	100%	460	98,3%
TOTAL	45	100%	468	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Em relação à participação como liderança em sindicatos de trabalhadores observa-se que não há muita diferença entre eleitas e eleitos. Entre os sindicatos dos quais foram lideranças, destaca-se a CUT, Central Única dos Trabalhadores, em suas diversas regionais, correspondendo a 15% (22/147) das ocorrências de entidades sindicais – sendo 2 dessas ocorrências entre as eleitas.

Tabela 22: Liderança em sindicatos				
Sindicato de trabalhadores	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
foi presidente	5	11,1%	50	10,7%
foi da diretoria (exc. presidência)	7	15,6%	55	11,8%
não	35	77,8%	386	82,5%
(N)	45		468	

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Se na participação em direção de sindicatos de trabalhadores a presença das mulheres não difere muito da distribuição dos homens eleitos, a participação em sindicatos patronais é totalmente diferente: ali não há nenhuma participação de eleitas em suas direções, enquanto mais de 10% dos eleitos tem participação, em sua maioria como presidente da entidade.

Tabela 23: Liderança em sindicatos patronais				
Sindicato patronal	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
foi presidente	0	0,00%	36	7,70%
foi da diretoria (exc. presidência)	0	0,00%	23	4,90%
não	0	0,00%	418	89,30%
(N)	45		468	

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

A ocupação de posição de liderança em movimentos sociais é mais importante do que a participação em direção de sindicatos, de maneira geral, entre eleitos e eleitas de 2006. Mais de um quinto dos eleitos foram/são lideranças de movimentos sociais, assim como um terço das eleitas.

Tabela 24: Ocupação de posição de liderança em movimentos sociais				
Mov. Sociais	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
sim	15	33,3%	102	21,8%
não	30	66,7%	366	78,2%
TOTAL	45	100%	468	100%

* 177 parlamentares (22,8%) ocuparam posições de liderança em movimentos sociais

Entre os movimentos sociais aos quais eram vinculados, destacam-se várias entidades relacionadas ao movimento estudantil, desde diretórios acadêmicos universitários até a União Nacional dos Estudantes. É necessário realizar pesquisas mais aprofundadas, mas pode-se imaginar que, para o caso dos eleitos e eleitas para o cargo de deputado/a federal, a militância nos movimentos estudantis seja uma porta de entrada importante para a vida política.

Quadro 2: Movimentos sociais nos quais ocupou posição de liderança			
Movimentos Sociais	eleitas	Movimentos Sociais	eleitos
Movimento estudantil (vários)	12	Movimento estudantil (vários)	88
Associações de moradores (vários)	4	Associações de moradores (vários)	9
Luta armada contra a ditadura militar	2	Diretas Já	3
Ligas camponesas na Paraíba	1	Movimento pela anistia	3
Movimento em Defesa da Anistia	1	União Democrática Ruralista	2
Movimento em Defesa do Direito de Moradia	1	Grêmios militares	2
Movimento em Defesa dos Direitos da Mulher	1	Associação Passo-Fundense de Defesa do Consumidor	1
Movimento Esquerda Socialista	1	JDS - Juventude Democrática Social	1
Movimento Nacional de Direitos Humanos	1	Juventude Estudantil Católica	1
Movimento Nacional de Meninos de Rua	1	Juventude Operária Católica	1
TOTAL	25	Juventude Socialista Brasileira	1
		Movimento da Teologia da Libertação	1
		Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)	1
		Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Passo Fundo	1
		Movimento dos Sem-Terra	1
		Movimento dos Sem-Teto	1
		TOTAL	117

*Agruparam-se diversas entidades do movimento estudantil e associações de moradores.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

Especificando-se a participação em movimentos sociais, observa-se que apenas homens tiveram alguma vinculação com as comunidades eclesiais de base – CEBs. Como esperado, apenas mulheres tiveram participação em grupos feministas ou de mulheres. No entanto, esse número foi bastante pequeno: apenas 6 entre 45 mulheres. As eleitas que participaram de grupos feministas são Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PC do B – MG) e Maria Aparecida Diogo Braga (PT – RJ).

Tabela 25: Participação em movimentos sociais específicos		
Movimentos Sociais	eleitas	eleitos
CEB	0	8
grupo feminista	2	0
grupo de mulheres	4	0
(N)	45	468

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil"

É importante observar que 48,9% das eleitas participaram como liderança em sindicato de trabalhadores, movimento social, CEB ou grupo feminista, enquanto esse percentual é de 34,6% para os eleitos.

Segundo os dados da pesquisa, entre as eleitas não há nenhuma que apresente vínculo com religião organizada, enquanto 36 (7,7%) dos eleitos têm vinculação religiosa, metade como sacerdote e metade como leigo. Entre estes 36 eleitos, 52,8% era vinculado a igrejas protestantes, 44,4% à igreja católica e havia um caso de vinculação com associação espírita kardecista.

Quadro sintético e considerações finais

Este estudo exploratório aponta algumas diferenças centrais entre os perfis de trajetória de homens e mulheres eleitas para a Câmara de Deputados brasileira nas eleições de 2006. As principais diferenças e semelhanças entre as características pessoais, eleitorais e de trajetória política se encontram no quadro a seguir:

Quadro 3: Principais destaques

	ELEITAS	ELEITOS
ESCOLARIDADE	- Ocupam os três graus mais altos de escolaridade, apesar do nível superior ter um percentual um pouco mais baixo do que o dos eleitos.	- Apresentam todos os graus de escolaridade, exceto "lê e escreve" (sem escolarização). - O percentual de eleitos com ensino superior completo é levemente mais alto do que o percentual das eleitas.
FORMAÇÃO	- Concentram a formação acadêmica em licenciaturas e cursos da área de humanidades. Destaque para o bacharelado em Direito como a segunda formação mais importante.	- Destaque para os bacharelados, especialmente Medicina, Direito, Administração de Empresas e Engenharias.
PROFISSÃO	- A principal profissão é "Política", semelhante aos eleitos. A segunda profissão mais importante é "Professora" de ensino fundamental ou médio.	- A principal profissão é "Político", semelhante às eleitas. A segunda profissão é "Empresário", muito importante, visto que 56,6% dos eleitos são donos de empresas de médio e grande porte.

PARTIDOS E EX-PARTIDOS	- Os principais partidos são PMDB e PT. Os principais ex-partidos são PMDB e PFL.	- Os principais partidos são PMDB e PT. Os principais ex-partidos são PMDB e PFL. Destacam-se partidos extintos há muito tempo, como aqueles do período ditatorial (tanto MDB como ARENA) e até mesmo do período anterior (como UDN).
OCUPAÇÃO DE CARGOS ELETIVOS	- A distribuição geral de cargos já ocupados (sem contar a quantidade de mandatos) é semelhante aos eleitos, com uma leve desvantagem para dep. federal. Têm uma permanência no cargo de dep. federal muito menor do que os eleitos. 82,2% não concorreram a nenhum cargo nas eleições municipais de 2004 e 40% não concorreram nas eleições gerais de 2002.	- A distribuição geral de cargos já ocupados (sem contar a quantidade e mandatos) é semelhante às eleitas, com uma leve vantagem para dep. federal. Apresentam alta permanência no cargo de dep. federal.
CAPITAL FAMILIAR	- Principal familiar que ocupou cargos eletivos ou altos cargos de confiança, nos três níveis, é o cônjuge.	- Principal familiar que ocupou cargos eletivos ou altos cargos de confiança, nos três níveis, é o pai, seguido do irmão ou irmã.
CAPITAL ECONÔMICO	- 24,4% são donas de empresa. - 11,1% são diretoras de empresa.	- 56,6% são donos de empresa. - 30,8% são diretores de empresa.
CAPITAL MIDIÁTICO	- 13,3% são donas de empresas de mídia (TVs, rádios, jornais etc). - não há eleitas com presença em atividades midiáticas.	- 16,2% são donos de empresas de mídia (TVs, rádios, jornais etc).

MILITÂNCIA EM MOVIMENTOS SOCIAIS	- 22,2% foram/são lideranças em sindicatos de trabalhadores. - não há participação de mulheres como lideranças em sindicatos patronais. - 33,3% são/foram lideranças em movimentos sociais. - 6 eleitas, entre 45, participaram de grupos de mulheres, sendo que 2 participaram de grupos feministas.	- 17,5% foram/são lideranças em sindicatos de trabalhadores. - 12,6% são/foram lideranças em sindicatos patronais, sendo 7,7% como presidente. - 21,8% são/foram lideranças em movimentos sociais.
ATIVIDADE RELIGIOSA	- não há eleitas com posição de destaque em atividades religiosas.	- 7,7% dos eleitos ocupam posição de destaque em atividades religiosas, sendo que metade deles (18) são sacerdotes. - 19 são protestantes, 16 são católicos e 1 é espírita kardecista.

Em relação às hipóteses sobre a origem do capital político de homens e mulheres, pode-se observar, a partir dos dados apresentados neste artigo, que há várias diferenças entre os eleitos e as eleitas para a Câmara dos Deputados em 2006.

O capital político acumulado em cargos, claramente visível no caso dos eleitos, que apresentam uma permanência no cargo bastante alta, não se encontra no caso das eleitas. Apesar da ocupação de cargos ser semelhante entre eleitos e eleitas, percentualmente, o baixo número de mulheres eleitas não permite uma observação conclusiva. No entanto, é possível imaginar que as mulheres, que ainda estão em um lento processo de entrada na esfera política formal, devem ter mais dificuldade no âmbito da Câmara dos Deputados, onde há um alto índice de reeleição dos deputados homens.

A hipótese da delegação de capital político por parte de familiares parece correta no caso das eleitas à Câmara dos Deputados em 2006, apesar dos achados não serem conclusivos, devido ao baixo número de eleitas. Grande parte das eleitas são familiares de pessoas que ocuparam cargos, especialmente seus cônjuges, seguidos de seus pais. Os eleitos, por sua vez, também têm familiares que ocuparam cargos, principalmente seus pais, mas estes correspondem a um percentual menor do que entre as eleitas.

A presença do capital econômico entre os eleitos é muito importante, enquanto é menos destacada entre as eleitas. Mais da metade dos eleitos à Câmara dos Deputados em 2006 são donos de empresas de médio e grande porte. A vinculação do capital econômico com atores centrais do campo político deve ser destacada e merece um aprofundamento em estudos posteriores. O capital econômico abre portas para a ação política ou a determina? O ingresso no campo político favorece a vinculação com o capital econômico, tornando políticos empresários, ou o movimento é contrário? Essas são importantes questões que devem ser exploradas.

A conversão de capital midiático pela presença em veículos de mídia não parece ser muito forte no caso das eleições de 2006 para a Câmara dos Deputados. No entanto,

no que tange à propriedade de empresas de mídia, essa vinculação deve ser destacada: uma parcela importante das eleitas e eleitos são donos de empresas de mídia. É importante destacar que ali se apresenta não apenas o capital midiático, mas também o capital econômico, visto que empresas de mídia são propriedades que visam ao lucro.

A militância em movimentos sociais é uma marca de vários eleitos, mas é mais forte entre as eleitas. A participação em sindicatos de trabalhadores é semelhante entre eleitas e eleitos, mas destaca-se a participação de eleitos em direção de sindicatos patronais, aos quais não há nenhuma vinculação de eleita. Já a vinculação a atividades religiosas organizadas se destaca apenas entre os homens eleitos, sendo que praticamente se equilibram os vínculos a organizações protestantes e católicas.

Os resultados apresentados nesta análise são preliminares e se restringem somente aos eleitos de uma eleição: 2006, para a Câmara dos Deputados. No entanto, é possível observar várias diferenças entre as carreiras políticas e as características dos eleitos e eleitas neste pleito. Espera-se que os dados aqui apresentados sejam semelhantes em eleições próximas para o mesmo cargo, principalmente devido à alta permanência do cargo observada neste mesmo estudo.

Além disso, este artigo abre outras perguntas que a Ciência Política deve responder: como se articulam o capital econômico e o capital midiático com o campo político? Como se dá a conversão de capital político desenvolvido na militância para a esfera política formal? Qual é a influência do capital político adquirido em atividades religiosas para o campo da política? Por que o capital familiar não é passado principalmente pelo pai, no caso das mulheres e ao contrário dos homens, mas pelo cônjuge?

Bibliografia

ARAÚJO, Clara. (2001), "Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n° 1, pp. 231-252. Disponível em http://www.scielo.br.

ARAÚJO, Clara e José Eustáquio Diniz Alves. (2007), "Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas". *Dados*, vol. 50, nº 3, pp. 235-278.

LEONI, Eduardo, Carlos Pereira e Lúcio Rennó. (2003), "Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil", *Opinião Pública*, Vol. IX, nº 1, pp. 44-67.

MARQUES, Danusa. (2007), *Democracia e ciências sociais no Brasil (1985-2005).* Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

MARQUES, Danusa, Carlos Machado e Filipe Recch. (2008), "Resultados eleitorais no Brasil: o corte de gênero". *VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – REDEFEM*, Belo Horizonte.

MARX, Jutta, Jutta Borner y Maria Caminotti. (2007) *Las legisladoras: cupos de género y política en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Siglo XXI.

MIGUEL, Luis Felipe. (2000), **"**Teoria política feminista e liberalismo**:** o caso das cotas de representação**".** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Out. 2000, vol.15, n° 44, pp. 91-102.

_____. (2003), "Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro". *Revista de. Sociologia Política*, 20. pp. 115-134.

_____. (2005), "Teoria da democracia atual: esboço de mapeamento". *BIB. Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, 2005, v. 59, p. 5-42.

MIGUEL, Luis Felipe e Cristina Monteiro de Queiroz. (2006), "Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 363-385.

PEREIRA, Carlos e Lúcio Rennó. (2001), "O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, vol. 44, nº2.

PERISSINOTO, Renato, Luiz Domingos Costa e Camila Tribess. "Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa". *Sociologias*, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 280-313.

PINHEIRO, Luana Simões. (2007), *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

SANTOS, André Marenco dos. (2001), "Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* , Fev. 2001, vol. 16, nº 45.

SANTOS, André Marenco dos e Miguel Serna. (2007), "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai", *Revista Brasileira de Ciências Sociais* , Jun. 2007, vol. 22, nº 64.